



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

EXCLUSIVO LEI COMPLEMENTAR 123/2006 e alterações ME e EPP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 005/2016

Município de **BARÃO DO TRIUNFO**
Secretaria Municipal de **SAÚDE**
Pregão Presencial/SRP nº **005/2016**
Tipo de julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**
Processo nº **122/2016**
Data da realização: **08/03/2016**
Horário: **08:00 HORAS**
Local: **PREFEITURA MUNICIPAL**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação, na modalidade Sistema de Registro de Preço - Pregão Presencial, sob a forma de julgamento **menor preço**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**, com aquisição de acordo com as necessidades do Município, bens descritos no **ANEXO I** deste edital, processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 018/12, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93 e alterações posteriores e as cláusulas e condições deste edital.

O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 045/2015, receberão as propostas financeiras e os documentos de habilitação dos interessados em participar da presente licitação até às **08:00 horas do dia 08/03/2016, na sala de Reuniões da Comissão de Licitações, localizada na sede da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tassinari Cezare, 476, centro, Barão do Triunfo/RS**. Após o horário acima indicado, que será determinado pelo Relógio Ponto dos Servidores, do mesmo local, dar-se-á por encerrado o recebimento das propostas financeiras e dos documentos de habilitação.

1. INFORMAÇÕES:

1.1. A cópia do edital e seus anexos poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, sita à Av. Tassinari Cezare, 476, centro, Barão do Triunfo/RS, telefone (51) 3650-1270 – Ramal 207, ou ainda através do site da Prefeitura Municipal de BARÃO DO TRIUNFO na internet: **pmbaraodotriunfo.com.br**.

1.2. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, localizado junto à Prefeitura Municipal sita à Av. Tassinari Cezare, 476, centro, Barão do Triunfo/RS, no horário das **07h30min às 13h30min**, ou pelo fone (51) 3650-1270, Ramal 207.

1.3. Pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações ao edital, caso interpostos, deverão ser apresentados por escrito, junto ao Protocolo do Município, sito junto à sede da Prefeitura Municipal, à Av. Tassinari Cezare, 476, centro, Barão do Triunfo/RS, devendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

serem dirigidos ao Prefeito Municipal, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimentos das propostas. Não serão aceitos se remetidos via fax, correio ou e-mail.

1.4. Expediente externo do Protocolo Geral do Município: de segunda à sexta-feira (dias úteis), das **07h30min às 13h30min**, eventuais alterações de horário do expediente externo serão publicados no mural de Publicações da Prefeitura, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.

2. DO OBJETO:

2.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**, conforme especificações mínimas constantes no anexo I.

2.2. Os itens listados no Anexo N^o I, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. As licitantes para as quais forem adjudicados itens constantes do Anexo n.º I e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante do Anexo N^o I. O Município de BARÃO DO TRIUNFO/RS não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte da Prefeitura.

2.3. A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionado no edital de embasamento, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento.

2.4. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

2.5. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de 12(doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite a Prefeitura Municipal de BARÃO DO TRIUNFO/RS efetuar aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

2.6. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total para o item.

2.7. Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

2.8. Os produtos ofertados deverão ser de boa qualidade, sob pena de rejeição total ou parcial dos produtos.

3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para **impugnar** este edital, desde que o faça com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.2. Impugnações ao edital e recursos, caso interpostos, deverão ser apresentados conforme o constante do item 1.3 deste edital.

3.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste **PREGÃO**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

3.4. A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO**, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. **Edital restrito à participação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e pessoas jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.**

4.2. Será vedada à participação na presente licitação, as empresas que:

- a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- b) Sob processo de falência ou concordata;
- c) Impedidas de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- d) Reunidas em consórcio.

5. SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO:

5.1. Os documentos referentes ao credenciamento, os envelopes contendo **as propostas comerciais** e os **documentos de habilitação** das empresas interessadas deverão ser entregues ao Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no momento da abertura da sessão pública de pregão, **que ocorrerá às 8:00 horas do dia 08/03/2016** (horário determinado pelo relógio ponto dos servidores) na sala de reuniões da Comissão de Licitações, localizada na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Tassinari Cezare, 476, centro, não sendo admitida qualquer participação de licitante que se apresente fora do horário previsto.

5.2. Na hora e local indicado no subitem 5.1, serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

- a) credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame, com observância ao disposto no item 7 deste edital;
- b) Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas;
- c) Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes presentes e devidamente credenciados, sendo que a ausência do representante legal da empresa no decorrer da sessão pública implicará na decadência de todo e qualquer direito atribuído aos licitantes;
- d) Após a fase de credenciamento, passa-se à fase do recebimento dos envelopes “proposta” e “documentação”.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO:

6.1. Para participação no certame, a licitante, no ato do credenciamento, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO/RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 005/2016
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO/RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 005/2016**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)

6.1.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

6.2. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão, não cabendo desistência da proposta, em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

6.3. O **envelope nº 1** conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas (*modelo sugerido no anexo IV deste edital*), observando as exigências contidas no item 8 e seguintes, bem como demais observações deste edital, e deverá respeitar o seguinte:

a) a tabela deve estar toda preenchida, caso não tenha algum item, coloque **n/c**;

d) o preço cotado é para mercadoria entregue na sede da Prefeitura Municipal de Barão do Triunfo, obedecendo as quantidades solicitadas, e os limites constantes da Ata de Registro de Preços..

6.4. O **envelope nº 2** deverá conter a documentação relativa à habilitação, descritos no item 11.1 e demais observações contidas neste edital:

7. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

7.1. **É REQUISITO FUNDAMENTAL, para participar da fase de lances, que a documentação referente ao credenciamento seja apresentada FORA dos envelopes de número 01 (proposta) e de número 02 (documentação).**

7.2. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, no dia, hora e local indicados no preâmbulo e subitem 5.1 deste edital, diretamente por meio de seu representante legal, devidamente identificado, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

7.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

7.3.1. Se representada diretamente, **por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado**, deverá apresentar:

a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;

b) No caso de sociedade por ações acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

c) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

d) Se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado;

e) Fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do representante legal.

7.3.2. Se representada **por procurador**, preposto ou credenciado, a licitante deverá apresentar, além dos documentos descritos no item 7.3.1, os seguintes documentos:

a) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública; **OU**,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

- b) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- c) Fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do representante legal;
- d) **Declaração que a empresa está ciente e de que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação**, sob pena de não participar da licitação, nos termos do art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02 e legislação pertinente.
- e) **Declaração assinada pelo representante legal da empresa, contador ou ainda documento emitido por órgão competente**, de que se enquadra como micro-empresa ou empresa de pequeno porte, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

Obs: Estas declarações deverão ser fora dos envelopes.

7.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

7.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório, deverão ser apresentados em original ou por processo de autenticação por tabelião ou servidor público municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO:

8.1. O envelope nº 1 deverá obrigatoriamente conter:

8.1.1. **A proposta financeira**, (*Modelo Anexo IV*), preferencialmente em papel timbrado da licitante, **com prazo de validade de 60 (sessenta) dias**, assinada por pessoa com poderes para comprometer a licitante, sem alternativas, emendas, entrelinhas, rasuras, ressalvas ou condições, e dela devem constar:

a) razão social da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail, e nome da pessoa indicada para contato;

b) descrição minuciosa do produto ofertado (com indicação de fabricante, procedência);

c) preço cotado unitário de cada item, indicado em moeda nacional, em até três casas decimais após a vírgula, contendo a descrição do produto ofertado. No preço ofertado deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

8.2. Observações relativas à Proposta Financeira:

8.2.1. **O preço proposto será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos INCIDENTES**, os tributos (custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI, impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, devendo estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

8.2.2. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

8.2.3. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

8.2.4. Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura de seu envelope.

8.3. A quantidade do item indicado no Anexo I poderá sofrer alterações para mais ou para menos, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei 8.666/93.

8.4. Serão desclassificadas as propostas, cujos preços estejam acima do preço máximo fixado no Anexo I do edital.

9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

9.1. Os recursos necessários para fazer frente às despesas do contrato correrão de acordo com a seguinte dotação orçamentária:

1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

0040 – Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

08 SECRETARIA DA SAÚDE

01 SECRETARIA DA SAÚDE E ÓRGÃOS AUXILIARES

10.301.0107.2.034 SUPERVISÃO COORDENAÇÃO ATIVIDADE SECRETARIA

3.3.90.30.00.00.00.00 0040 Material de Consumo

10.301.0107.2.035 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.30.00.00.00.00 0040 Material de Consumo

00.01.4001 – OUTRAS RECEITAS VINCULADAS SAÚDE

00.01.4010 – MUNICÍPIO RESOLVE – GESTÃO BÁSICA

00.01.4011 – INCENTIVO A ATENÇÃO BÁSICA

00.01.4030 – MUNICÍPIO RESOLVE – INVERNO GAÚCHO

00.01.4040 – VERÃO GAÚCHO – MUNICÍPIO RESOLVE

00.01.4050 – FARMÁCIA – FARMÁCIA BÁSICA

00.01.4051 – DIABETES MELLITUS

00.01.4090 – PSF – SAÚDE PARA TODOS

00.01.4110 – SAÚDE PARA TODOS – SAÚDE BUCAL

00.01.4140 – Incentivo à hanseníase

00.01.4180 – SANITÁRIA – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

00.01.4190 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE – EPIDEMIOLOGIA E VACINAÇÃO

00.01.4200 – AMBIENTAL – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

00.01.4210 – TRABALHADOR – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

00.01.4300 – Nota Fiscal Gaúcha

00.01.4510 – PAB FIXO

00.01.4520 – PAGAMENTO DE INCENTIVO ADICIONAL PSF

00.01.4521 – PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade

00.01.4530 – PAGAMENTO DE INCENTIVO ADICIONAL PSF

00.01.4540 – PAB VARIÁVEL – SAÚDE BUCAL

00.01.4580 – Compensação Especificidades Regionais (Situações Especiais como as sazonalidades)

00.01.4590 – Teto Financeiro – Média e Alta Complexidade (SIA-SUS)

00.01.4710 – TETO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

00.01.4730 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

00.01.4750 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE – TERMO AJUSTE E METAS – TAM

00.01.4760 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE (AÇÕES ESTRUTURANTE E EST.-TAM

00.01.4770 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

00.01.4840 – Custeio Assist. Farmacêutica/Qualifar-SUS

00.01.4928 – Estruturação Rede Serviço de Atenção Básica

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

10.1. No julgamento observar-se-á o disposto no artigo 4º, inciso X da Lei nº 10.520/02.

10.2. O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de **menor preço unitário do item.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

- 10.3.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações, assim como, as que apresentarem preços excessivos.
- 10.4.** Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos de 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município.
- 10.5.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- 10.6.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- 10.7.** No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
- 10.8.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 10.9.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 10.7 e 10.8.
- 10.9.1.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de, no máximo, 01 (um) minuto para apresentar nova proposta.
- 10.10.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 10.11.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes do art. 7º da Lei nº 10.520.
- 10.12.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- 10.13.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- 10.14.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 10.15.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.16.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário por item, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital.
- 10.17.** Sendo aceitável a proposta de menor preço unitário, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 10.18.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 10.19.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicados o fornecimento dos produtos.
- 10.20.** Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.
- 10.21.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

03 (três) dias, para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.22. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.23. Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto à licitante vencedora do certame.

10.24. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, lacrados e devidamente rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

10.25. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do edital;

b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10.26. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.27. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme itens 1 e 3 deste edital.

10.28. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

11. DA HABILITAÇÃO:

11.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os documentos a seguir relacionados, observando o disposto no item 7.5 deste edital:

a) Registro comercial, Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor;

b) Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão, prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional- PGFN(Certidão Conjunta Negativa).

e) Certidão Negativa de Débito junto ao Estado sede da empresa;

f) Certidão Negativa de Débito junto ao Município sede da empresa.

g) Certificado de Regularidade de Situação - FGTS, com prazo de validade vigente;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Dec. 5.452 (01/05/1943), Lei 12.440 de 07/07/2011, Resolução 1470 24/08/2011, com prazo de validade vigente;

i) Alvará sanitário estadual ou municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

j) Autorização de funcionamento junto a ANVISA para medicamentos se a empresa cotar medicamentos, com data de emissão não superior a um ano;

l) Autorização de funcionamento junto a ANVISA para materiais, se a empresa cotar materiais, com data de emissão não superior a um ano;

m) Autorização de funcionamento junto a ANVISA para saneantes, se a empresa cotar saneantes, com data de emissão não superior a um ano;

n) Autorização de funcionamento junto a ANVISA para cosméticos, se a empresa cotar produtos classificados como cosméticos, com data de emissão não superior a um ano;

o) declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (**modelo referencial anexo III**);

p) declaração de idoneidade e que não há suspensão em contratar com a Administração Pública (**modelo referencial anexo V**);

q) declaração da licitante, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, de realizar a entrega do objeto licitado no prazo e conforme previsto neste edital;.

Obs 1: As certidões retiradas via Internet, estarão sujeitas à verificação de autenticidade no momento da abertura dos envelopes.

Obs 2: A apresentação de documentos falsificados ou adulterados, acarretará emissão de declaração de inidoneidade, após regular processo administrativo.

11.2. Os documentos contidos no **envelope nº 02** deverão ser originais, cópias autenticadas em cartório ou por servidor da Prefeitura de Barão do Triunfo, salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que o(a) Pregoeiro(a), se entender necessário, poderá diligenciar na internet para averiguar a autenticidade dos mesmos, habilitando ou não a licitante em função desta diligência. Não serão admitidas cópias em papel termo-sensível (fax).

11.3. Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal das ME's, EPP's e/ou Cooperativas;

11.4. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a **90 (NOVENTA) dias da data da EXPEDIÇÃO DO DOCUMENTO** ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

11.5. À ME, EPP ou Cooperativa que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica-lhe assegurado o prazo de **05 (cinco) dias** úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

11.6. A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a(s) ME(s) EPP(s) ou COOPERATIVAS remanescente(s) mais bem classificada(s), se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

12.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a inten-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

ção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

12.4. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

12.5. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficam intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

12.6. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos. Sua falta importará a decadência do direito de recurso.

12.7. O recurso será dirigido ao EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO, e apresentado no Protocolo Geral do Município, no prazo de três dias úteis, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

12.8. Na falta de manifestação imediata e motivada da licitante, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo pregoeiro, ao vencedor.

12.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Ao MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO/RS fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o MUNICÍPIO poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, 10.520/02 e Decreto Municipal nº 018/2012.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E DO CONTRATO:

13.1. Homologada a licitação, será formalizada a ata com os preços registrados, e quando da solicitação da secretaria, será feito a contração para os eventos, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar fornecer o produto pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

13.2. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a ata contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Prefeitura Municipal de BARÃO DO TRUNFO/RS registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14. DA ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

14.2. O pagamento será efetuado em até 15 dias úteis, conforme a entrega solicitada, conferência pela Secretaria de Saúde e/ou Setor de Compras e mediante a apresentação da Nota Fiscal, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente, do banco a ser depositado, devidamente quitada e atestada por servidor público responsável pelo recebimentos das mesmas.

14.3. Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

15. DA ASSINATURA:

15.1. No prazo de até 03 (três) dias do recebimento da convocação, o licitante vencedor deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Barão do Triunfo, a fim de efetuar assinatura da ata contrato.

16. DAS PENALIDADES:

16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa;

a) multa de 0,2% por dia de atraso limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

b) multa de 10% por inexecução parcial do contrato.

c) multa de 12% por inexecução total do contrato.

Parágrafo 1º: As multas serão calculadas sobre o valor não pago do contrato.

III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.1.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.1.2. A sanções estabelecidas nos incisos III e IV dessa cláusula é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

16.2. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciado do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Barão do Triunfo/RS, nos casos de:

a) apresentação de documentação falsa para participação no certame;

b) retardamento da execução do objeto;

c) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

d) comportamento inidôneo;

e) cometimento de fraude fiscal;

f) fraudar a execução do contrato;

g) falhar na execução do contrato.

16.2.2. Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item deste edital.

16.3. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.0

16.4. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

16.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2. A participação nesta licitação implicará em plena aceitação aos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

17.3. Da sessão de abertura dos envelopes, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados.

17.4. Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e a equipe de apoio.

17.5. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na reunião de recebimento.

17.6. Os envelopes contendo a documentação habilitatória das licitantes classificadas para a fase de lance permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação das propostas. Se os mesmos não forem retirados no prazo de até 10 (dez) dias após aquele prazo, os envelopes serão inutilizados.

17.7. Servidores Municipais, assim considerados, aqueles do artigo 84, "caput" e parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9º, inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

17.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

17.9. Antes da adjudicação do lote a vencedora, sendo ela **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte** ou **Cooperativa**, será verificada sua regularidade fiscal.

17.10. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal será aberto prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para apresentar a regularização da restrição. Este prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração.

17.11. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência ao direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para a adjudicação do objeto, assinatura do contrato (quando for o caso) ou revogar a licitação, sem prejuízo da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

17.12. A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

17.13. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.

17.14. Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultada à comissão julgadora, em qualquer fase de licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.15. Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo órgão jurídico do município.

17.16. A Contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação.

17.17. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

17.18. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

17.19. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

18. DOS ANEXOS:

18.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Descrição Minuciosa das Mercadorias;

ANEXO II - Modelo referencial de instrumento de credenciamento;

ANEXO III – Modelo referencial declaração de atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/88;

ANEXO IV - Modelo referencial de proposta comercial;

ANEXO V – Modelo referencial declaração de idoneidade;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VII – Declaração de ME/EPP;

ANEXO VIII – Ata de Registro de Preços – Pregão nº __/___.

Barão do Triunfo, 22 de fevereiro de 2016.

RUI VALMIR BRAUVERS SPOTTI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Severino Aloísio Lehmen
Secretário Municipal da Administração

Este edital e seus anexos foram devidamente examinados e aprovados pelo Procurador Geral do Município.

Fabrcio Pompermaier
OAB/RS 54.886



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

ANEXO I

Constitui objeto da presente licitação a aquisição dos seguintes produtos:

ITEM	DESCRIÇÃO MINUSCIOSA DOS PRODUTOS	QTDADE	UN	PREÇO UN. MÁX. A-CEITÁVEL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁX. A-CEITÁVEL (R\$)
01	AAS 100MG CO	35.000	CO	0,033	1.155,00
02	ACIDO FÓLICO 5MG	8.000	CO	0,12	960,00
03	ACIDO VALPROICO 250 MG CO	15.000	CO	0,444	6.660,00
04	ACIDO VALPROICO 250MG SUSP.	100	FR	9,45	945,00
05	ADRENALINA 1MG/ML	500	AMP	3,96	1.980,00
06	AGUA DESTILADA DE 10 ML INJ	1.000	AMP	0,29	290,00
07	AGUA DESTILADA DE 5ML INJ	800	AMP	0,26	208,00
08	AKINETON 2MG CO (Biperideno)	8.000	CO	0,56	4.480,00
09	ALENDRONATO SODIO 70MG CO	500	CO	2,36	1.180,00
10	ALOPURINOL 100MG	2.000	CO	0,42	840,00
11	ALPRAZOLAN 0,5 mg	5.000	CO	0,352	1.760,00
12	ALPRAZOLAN 2 mg	4.000	CO	0,431	1.724,00
13	AMINOFILINA 24MG SOL.INJ.	200	AMP	2,90	580,00
14	AMIODARONA 200MG CO	2.000	CO	0,46	920,00
15	AMIODARONA 50MG/ML	100	AMP	3,45	345,00
16	AMITRIPTILINA 25MG CO	25.000	CO	0,225	5.625,00
17	AMOXICILINA 250/5MLMG SUSP	300	FR	3,23	969,00
18	AMOXICILINA 500MG CO	15.000	CO	0,228	3.420,00
19	ANLODIPINO- BESILATO 10MG, CO	4.000	CO	0,116	464,00
20	ATENOLOL 25 MG CO	35.000	CO	0,083	2.905,00
21	ATENSINA 0,20	100	AMP	0,39	39,00
22	ATROPINA 0,5MG	100	AMP	2,31	231,00
23	ATROVENT	100	FR	2,60	260,00
24	AZITROMICINA 500MG	2.000	CO	0,80	1.600,00
25	BECLOMETASONA 250 MCG SPRAY	10	FR	75,30	753,00
26	BENZILPENICILINA 600.000UI SOL.INJ	800	AMP	7,25	5.800,00
27	BENZILPENICILINA BENZATINA SOL. INJ. 1.200.000	600	AMP	10,26	6.156,00
28	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 400000 + 100000	600	AMP	6,43	3.858,00
29	BEROTEC	100	FR	3,21	321,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

30	BICARBONATO DE SODIO SOL. 8,4% 10ML	100	AMP	5,56	556,00
31	BUTILESCOPOLAMINA 10 mg + DAPIRONA 250 mg CO	4.000	AMP	0,33	1.320,00
32	BUTILESCOPOLAMINA 10 mg + DAPIRONA 250 mg INJETAVEL	600	AMP	2,64	1.584,00
33	BUTILESCOPOLAMINA SOL.INJ.	100	FR	2,00	200,00
34	CAPTOPRIL 25MG CO	80.000	CO	0,06	4.800,00
35	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL	20	FR	8,66	173,20
36	CARBAMAZEPINA 200MG CO	30.000	CO	0,228	6.840,00
37	CARBIDOPA 25MG+LEVODOPA 250MG CO	1.000	CO	0,95	950,00
38	CARBONATO DE CALCIO + VITAMINA D 600MG	15.000	CO	0,65	9.750,00
39	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	20.000	CO	0,16	3.200,00
40	CARBONATO DE LITIO 300 MG CO	13.000	CO	0,37	4.810,00
41	CARVÃO ATIVADO (COMP)	50	CO	4,70	235,00
42	CARVÃO ATIVADO (SACHÊ)	10	UM	14,40	144,00
43	CARVEDILOL 25MG CO	1.000	CO	0,458	458,00
44	CEFALEXINA 250MG/5 ML SUSP	250	FR	9,23	2.307,50
45	CEFALEXINA 500MG CO	8.000	CO	0,54	4.320,00
46	CEFALOTINA 1G SOL.INJ.	100	AMP	9,13	913,00
47	CEFTRIAXONA 1MG EV	200	AMP	8,90	1.780,00
48	CEFTRIAXONA 1MG IM	500	AMP	10,53	5.265,00
49	CETOCONAZOL 200 MG CO	1.000	CO	0,191	191,00
50	CIMETIDINA 150MG SOL.INJ.	200	AMP	1,75	350,00
51	CIMETIDINA 200MG	2.000	CO	0,201	402,00
52	CIPROFLOXACINO 500MG	2.500	CO	1,26	3.150,00
53	CLINDAMICINA 600MG	50	AMP	12,53	626,50
54	CLONAZEPAM 2 mg co	10.000	CO	0,409	4.090,00
55	CLORETO DE CALCIO 20%	50	AMP	3,23	161,50
56	CLORETO DE SODIO 20% 10ML	200	AMP	0,78	156,00
57	CLORETO POTASSIO SOL. INJ	50	AMP	0,99	49,50
58	CLORETO SODIO+CLORETO BENZALCONIO	100	AMP	4,23	423,00
59	CLORIDRATO DE ALFUZOSINA	780	CO	8,20	6.396,00
60	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%(SEM VASO) SOL. INJ.	200	AMP	5,06	1.012,00
61	CLORPROMAZINA 100MG CO	5.000	CO	0,463	2.315,00
62	CLORPROMAZINA 25MG CO	3.000	CO	0,437	1.311,00
63	CLORPROMAZINA 25MG SOL.INJ	50	AMP	8,53	426,50
64	CLOZAPINA 100 mg	1.500	CO	5,43	8.145,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

65	CODEINA+PARACETAMOL 30MG CO	2.000	CO	1,57	3.140,00
66	COLIRIO ANESTESICO	10	FR	24,63	246,30
67	COMPLEXO B 2ML INJ	100	AMP	1,98	198,00
68	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52 mg INJETAVEL	150	AMP	13,00	1.950,00
69	DERSANE	20	FR	8,41	168,20
70	DESLANÓZIDO 0,2 mg/ml	50	AMP	7,89	394,50
71	DEXAMETASONA 1MG/G CREME	600	BNG	1,31	786,00
72	DEXAMETASONA 2MG SOL.INJ.	400	AMP	1,41	564,00
73	DEXAMETASONA 4MG SOL.INJ. AMP. 2,5ML	200	AMP	2,25	450,00
74	DEXAMETASONA COLIRIO 0,005%	15	FR	18,00	270,00
75	DEXCLORFENIRAMINA 2MG CO	2.000	CO	0,112	224,00
76	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML SUSP.	500	FR	4,06	2.030,00
77	DIAZEPAM 10MG SOL.INJ	200	AMP	2,43	486,00
78	DIAZEPAN 10 mg CO	25.000	CO	0,151	3.775,00
79	DIAZEPAN 5MG CO	15.000	CO	0,11	1.650,00
80	DICLOFENACO SODICO 75 mg INJ	800	AMP	1,30	1.040,00
81	DICLOFENACO SODICO 50MG CO	8.000	CO	0,07	560,00
82	DIGOXINA 0,25MG CO	3.500	CO	0,10	350,00
83	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA (DRAMIN B6) COMP.AMPOLA	250	AMP	3,78	945,00
84	DIPIRONA 500MG SOL.INJ. AMP. 2ML	400	AMP	1,19	476,00
85	DIPIRONA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20ML	500	FR	1,43	715,00
86	DIPROPIONATO DE BETAMETAZONA INJETAVEL	200	AMP	4,71	942,00
87	DIPROSPAN	400	AMP	6,01	2.404,00
88	DOLANTINA 50MG/ML AMP. 2 ML	200	AMP	4,50	900,00
89	DOPAMINA 5MG/ML AMP. 10ML	100	AMP	4,16	416,00
90	DRAMIN DL AMP. 10ML	400	AMP	6,53	2.612,00
91	EFORTIL	20	AMP	6,81	136,20
92	ENALAPRIL 10MG CO	30.000	CO	0,08	2.400,00
93	EPITEZAN CREME BISNAGA	15	BNG	15,33	229,95
94	ERITROMICINA 250 MG CO	500	CO	1,01	505,00
95	ERITROMICINA 250MG/5ML SUSP 60ML	50	FR	5,16	258,00
96	FENITOINA 100MG CO	5.000	CO	0,844	4.220,00

Unidades de Medidas correspondentes:

- UN = UNIDADE; FR = FRASCO; CO = COMPRIMIDO; AMP = AMPOLA; BNG = BISNAGA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

ANEXO II

(Modelo referencial de instrumento de credenciamento)

(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, credencia FULANO DE TAL, portador da cédula de identidade nº, expedida pela, outorga-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do PREGÃO nº, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, a inexistência de fato impeditivo de sua participação no citado certame; declarando-se, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes no edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

ANEXO III

Declaro, sob as penas da Lei, para fins desta licitação que a empresa _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

“Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de 2016.

Diretor, Sócio Gerente ou Equivalente



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

ANEXO IV (Modelo Referencial de Proposta Comercial)

**PREGÃO N.º /
MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO**

A empresa estabelecida na, inscrita no CNPJ sob nº, (telefone/fax/email, indicando nome de pessoa para contato), propõe fornecer à Secretaria Municipal de, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, conforme abaixo discriminado:

Obs.: (A tabela deve estar toda preenchida, caso não tenha algum item, coloque **n/c**. Deverá conter ainda, na proposta: fabricante, procedência, preço unitário e total)

Item	Quantidade	UN	Descrição Minuciosa das Mercadorias	Fabricante	Procedência	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
------	------------	----	-------------------------------------	------------	-------------	----------------------	-------------------

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da abertura da Proposta de Preço.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital.

DECLARAÇÃO: DECLARAMOS para os devidos fins e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, que o(s) preço(s) oferecido para o(s) lote(s) acima, englobam todas as despesas de transportes, impostos, seguro e total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os encargos que incidirem ou venham a incidir sobre o objeto.

Data e local,

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

ANEXO V

Declaro, sob as penas da Lei, para fins desta licitação que a empresa _____, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV Artigo 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal ou econômico-financeira.

_____, _____ de _____ de 2016.

Diretor, Sócio Gerente ou Equivalente



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO.

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que(nome da li-
citante)....., CNPJ n^o
....., cumpre plenamente os requisitos de ha-
bilitação da licitação instaurada pelo Município de BARÃO DO TRIUNFO,
Pregão Presencial/SRP n^o ____/____.

..... de de 2016.

Assinatura do representante legal da licitante / procurador / preposto / creden-
ciado

Nome do representante legal da licitante / procurador / preposto / credenciado

***OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue
fora dos envelopes.***



ANEXO – VII

D E C L A R A Ç Ã O DE ME/EPP

_____ **(RAZÃO SOCIAL)** _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____ **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)** _____, CPF _____ **(Nº DO CPF)** _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo MUNICIPIO DE BARÃO DO TRIUNFO, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº ___/___**, que enquadra-se na categoria: _____ **(MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA)** _____ e que não se inclui no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Data

Assinatura do Representante Legal



ANEXO VIII
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº
____/____

Aos..... dias do mês de de 2016, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa, representada pelo, com sede na, CNPJ, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), Pregão Presencial/SRP nº ____/____**, nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações, e Lei 10.520 e Decreto Municipal 018/2012, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o Registro dos Preços de, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição, marcas e preços constantes do Edital **Pregão Presencial/SRP nº ____/____**.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão Permanente de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barão do Triunfo e encaminhamento ao Secretário Municipal de Fazenda e ao Setor de Compras com todos os documentos de que trata o item 3 acima.

7. Independentemente do disposto no item 3, Setor de Compras, juntamente com a Comissão de Licitações poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de BARÃO DO TRIUNFO.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Setor de Compras/Contratos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de BARÃO DO TRIUNFO.

2. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.

3. Em cada fornecimento de serviços, o prazo será de até 10 (Dez) dias, que serão contados a partir da emissão da Ordem de serviço, emitida pela secretaria solicitante. Correrão por conta da empresa contratada os custos do transporte.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto do contrato.

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente *pro rata die* desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pelo Setor de Compras do Município.

7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. O objeto será recebido provisoriamente pelo servidor designado pela Administração para recebimento do objeto contratado.

2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado da pela Secretaria ou Setor Solicitante.

3. O prazo para a emissão do TERMO E RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 03 (três) dias úteis, contado do recebimento provisório.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 7 (sete) dias, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

5. O FORNECEDOR deverá entregar os bens nos locais determinados no instrumento contratual, (Nota de Empenho).



CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às Detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

2.1 MULTA

2.1.1 por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

2.1.2 em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10%(dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

2.1.3 transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15%(quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

2.1.4 a penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

2.1.5 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, e as demais penalidades constantes do Edital.

3. A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens 2.1.2 e 2.1.3 desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

3.1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

3.2 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de inexecução total do contrato;

3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.
2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidências das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).
3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.
4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 e 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - Pelo MUNICÍPIO, quando:

- a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;
- b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

1 - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, fa-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

cultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários elencados no item 9 do presente Edital de Pregão Presencial / SRP nº ____/____.

2. Os serviços do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de SÃO JERÔNIMO/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital **Pregão Presencial/SRP nº ____/____** para Registro de Preços e a proposta da empresa, classificada em 1º lugar, nos itens, na licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

BARÃO DO TRIUNFO, de de 2016.

RUI VALMIR BRAUVERS SPOTTI
Prefeito Municipal

Empresa Detentora do Preço Registrado
(Futura contratada)